



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

NOTIFICAÇÃO DE ALERTAS

Processo TC 3837/989/16
Poder EXECUTIVO
Município Cabrália Paulista
Entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE CABRALIA PAULISTA
Período 12/2016
Relator Dr. Renato Martins Costa
Unidade Fiscalizadora UR-02 UNIDADE REGIONAL DE BAURU
Responsável Odemil Ortiz de Camargo
Cargo PREFEITO
CPF 054.289.238-30
Período de Gestão 01/01/2016 a 31/12/2016

Com base nas análises efetuadas sobre os dados relativos ao período em tela declarados a este Tribunal de Contas por força do disposto nas Instruções Nº 2/08, vimos por meio deste **alertá-lo(a)** a respeito das seguintes situações:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Entrega intempestiva dos seguintes documentos:

Tipo de Documento	Mês	Ano
BALANCETE ISOLADO CONTA CONTABIL	12	2016
BALANCETE ISOLADO CONTA CORRENTE	12	2016
PARECER CONSELHO FUNDEB	12	2016
Publ. RREO Balanço Orçamentário	12	2016
Publ. RREO Dem. Função / Subfunção	12	2016
Publ. RREO Dem. Apuração RCL	12	2016
Publ. RREO Dem. Receitas e Despesas Previdenciárias	12	2016
Publ. RREO Resultado Nominal	12	2016
Publ. RREO Resultado Primário	12	2016

Publ. RREO Restos a Pagar	12	2016
Publ. RGF Executivo	12	2016
Publ. Aplic. na Manut. e Desenv. do Ensino	12	2016
Cadastro Eletrônico de Obras em Execução	12	2016
PLAN LDO ATUALIZADA	12	2016
PLAN LOA ATUALIZADA	12	2016
PLAN PPA ATUALIZADO	12	2016
Conciliações Bancárias Mensais	12	2016
Questionário sobre Quadro de Pessoal (a partir de 2016)	12	2016

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF27 - Despesas com Pessoal

Alerte-se que o percentual apurado dos Gastos com Pessoal ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, da LRF, estando sujeito, ainda, às vedações previstas nos incisos I a V do parágrafo único do art. 22 da Lei já mencionada, haja vista o limite prudencial ter sido também alcançado.

2.2 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

Alerte-se que, embora não tenha sido verificado acréscimo no percentual da despesa com pessoal no período ora analisado em relação ao apurado em junho/, foi verificado acréscimo em relação ao referido percentual nos 180 dias finais de mandato.
Alerte-se ainda que no período em análise, o Poder em questão ultrapassou o limite prudencial, estando sujeito às vedações previstas nos incisos I a V do parágrafo único do art. 22 da LRF.

Por oportuno, esclarecemos que em virtude do apurado, deverão ser observadas as exigências contidas na legislação supra citada, a fim de evitar possíveis sanções de ordem administrativa e/ou penal.

Data da Geração: 26/05/2017
Hora da Geração: 08:58:33